

Autarcas do PS querem saída de secretário de Estado

Presidentes de Aljezur, Odemira e Vila do Bispo acusam também a ministra de "má fé"

Três autarcas socialistas, eleitos há pouco mais de um ano, pediram a demissão do secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, e do presidente do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Tito Rosa. Em causa está o novo Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, aprovado em Conselho de Ministros (CM), cuja versão final desconhecem.

Os presidentes das Câmaras de Aljezur (José Manuel Amarelinho), de Odemira (José Guerreiro), e de Vila do Bispo (Adelino Rocha Soares) — assim como o independente Manuel Coelho, de Sines — exigiram a revogação do documento que estabelece o novo regulamento do Parque que se estende por 110 quilómetros de costa e ocupa 74,4 mil hectares. Acusam o secretário de Estado de "obreiro deste disparate" e a ministra Dulce Pássaro de "má fé", por ter afirmado e não cumprido que "o plano não seria publicado sem o largo consenso dos autarcas do Parque".

A discórdia deve-se, segundo Humberto Rosa, "à criação de uma faixa costeira de 2 quilóme-

tros onde se proíbe a construção, que passa a estar restringida aos perímetros urbanos". O governante considera "grotesco falarem em secretismo" quando realizou "38 reuniões com esses autarcas". E argumenta ter-lhes pessoalmente dito, "ponto por ponto quais as medidas que poderiam ou não ser acatadas". Humberto Rosa lembra ainda "a necessidade de sigilo da versão que vai para CM" e a urgência em aprovar o Plano antes de caducarem as medidas preventivas a 10 de fevereiro, tendo em conta "um passivo de situações urbanas dúbias e ilegais".

Por seu lado, os autarcas não desarmam. Sentem-se "ignorados, desconsiderados e subalter-

nizados pelos vários governos".

José Amarelinho, de Aljezur critica: "Não se pode criar uma linha imaginária baseada em critérios pouco científicos e arbitrários." Garante que "nenhum dos autarcas quer transformar a Costa Vicentina num novo Algarve". Querem "turismo sustentável". Para Amarelinho "o problema em Bruxelas estar atenta aos disparates aprovados nos PIN em Grândola, no Algarve e em Alqueva e, por isso, decidiram criar aqui uma zona-tampão". O autarca critica ainda a "falta de discriminação positiva da região" e diz não temer represálias: "No PS não há delito de opinião."

CARLA TOMÁS

ctomas@expresso.imprensa.pt